

**A agricultura familiar e a renda no assentamento Vila Nova no município de São Domingos do Maranhão-MA**

**Family farming and income in the Vila Nova settlement in the municipality of São Domingos do Maranhão-MA (Brazil)**

Walefe Lopes da Cruz<sup>1</sup>

Aurelúcia de Lima Rodrigues Avelino<sup>2</sup>

Luciano Aranha Andrade<sup>3</sup>

**RESUMO**

A pesquisa analisa a relação entre a agricultura familiar e a renda no assentamento Vila Nova em São Domingos do Maranhão-MA, focando no modo de produção, no impacto na renda e na segurança alimentar. A metodologia incluiu revisão de literatura sobre agricultura familiar e as políticas públicas, além de pesquisa de campo quali-quantitativa-descritiva com realização de entrevistas aos agricultores. Os resultados revelam que a agricultura familiar é essencial para a segurança alimentar das famílias, sendo a falta de assistência técnica e o acesso a políticas públicas os principais desafios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Produção de alimentos; Segurança alimentar; Agricultura familiar.

**ABSTRACT**

The research analyzes the relationship between family farming and income in the Vila Nova settlement in São Domingos do Maranhão-MA, focusing on the mode of production, the impact on income and food security. The methodology included a literature review on family farming and public policies, in addition to qualitative-quantitative-descriptive field research with interviews with farmers. The results reveal that family farming is essential for family food security, with the lack of technical assistance and access to public policies being the main challenges.

**KEYWORDS:** Food Production; Food Security; Family Farming.

**INTRODUÇÃO**

A política agrícola brasileira, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, promoveu a modernização da estrutura de produção agropecuária, com foco no aumento da produtividade a partir da incorporação de avanços tecnológicos, e como público-alvo a empresa rural

---

<sup>1</sup>lopescruz@gmail.com

<sup>2</sup> auri.lrodrigues123@gmail.com

<sup>3</sup> luciano.andrade@ufpr.br

capitalizável, caracterizada por grandes latifundiários, com acesso garantido a abundantes subsídios fiscais e creditícios. Enquanto isso, os pequenos produtores ficaram à margem das políticas públicas de incentivo à produção agrícola, ainda que, os produtos oriundos da agricultura familiar estejam mais presentes na mesa dos brasileiros (Rocha, 2012; Nascimento *et al.*, 2017).

A agricultura é uma atividade fundamental para garantir a segurança alimentar mundial, e a agricultura familiar é responsável por grande parte dos alimentos que chegam à nossa mesa (IBGE, 2017). Isso ocorre porque esses agricultores produzem alimentos diversificados, ao contrário dos grandes produtores que cultivam monoculturas (commodities) voltadas principalmente para atender ao mercado externo.

Mesmo tendo grande importância socioeconômica, essa significativa parcela de trabalhadores rurais, durante muito tempo, foi excluída das políticas de desenvolvimento elaboradas para atender às necessidades de produção das grandes propriedades. Além disso, os agricultores familiares ainda enfrentam desafios relacionados à competitividade e às demandas da globalização (Brito *et al.*, 2021; Foguesatto *et al.*, 2024).

Outro problema enfrentado pelos agricultores familiares é a crescente necessidade do uso de tecnologias na agricultura, aliada à escassez de recursos e à falta de assistência técnica. No entanto, a forma de produção familiar provoca menos desgaste dos recursos naturais do que o causado pela agricultura química utilizada pelos grandes produtores (Moraes e Oliveira, 2017). Esse tema é de interesse para a Geografia Agrária, pois essa ciência estuda o uso da terra, suas formas de exploração e o cultivo na agricultura. De modo que, as práticas agrícolas dos agricultores familiares também são objetos de estudo da Geografia Agrária, que investiga as comunidades rurais.

Além disso, há a necessidade de uma atenção especial para com os agricultores familiares, proporcionando apoio e incentivo por meio de políticas públicas, a fim de que possam se desenvolver no campo (Brito *et al.*, 2021). De acordo com Bertolini, Filho e Mendonça (2020) e Porro e Gomes (2021), a agricultura familiar também é responsável pela geração de trabalho e renda para a população rural, bem como pela inclusão de jovens e mulheres na produção de alimentos, promovendo a valorização do trabalho familiar.

Segundo dados do IBGE (2017), a agricultura familiar no Brasil corresponde a 77% dos estabelecimentos agropecuários e ocupa 80,9 milhões de hectares de área, representando 23% do total de estabelecimentos rurais do país. Esse segmento contribui para a agropecuária do país com 23% de toda a produção, refletindo assim a importância desta categoria social.

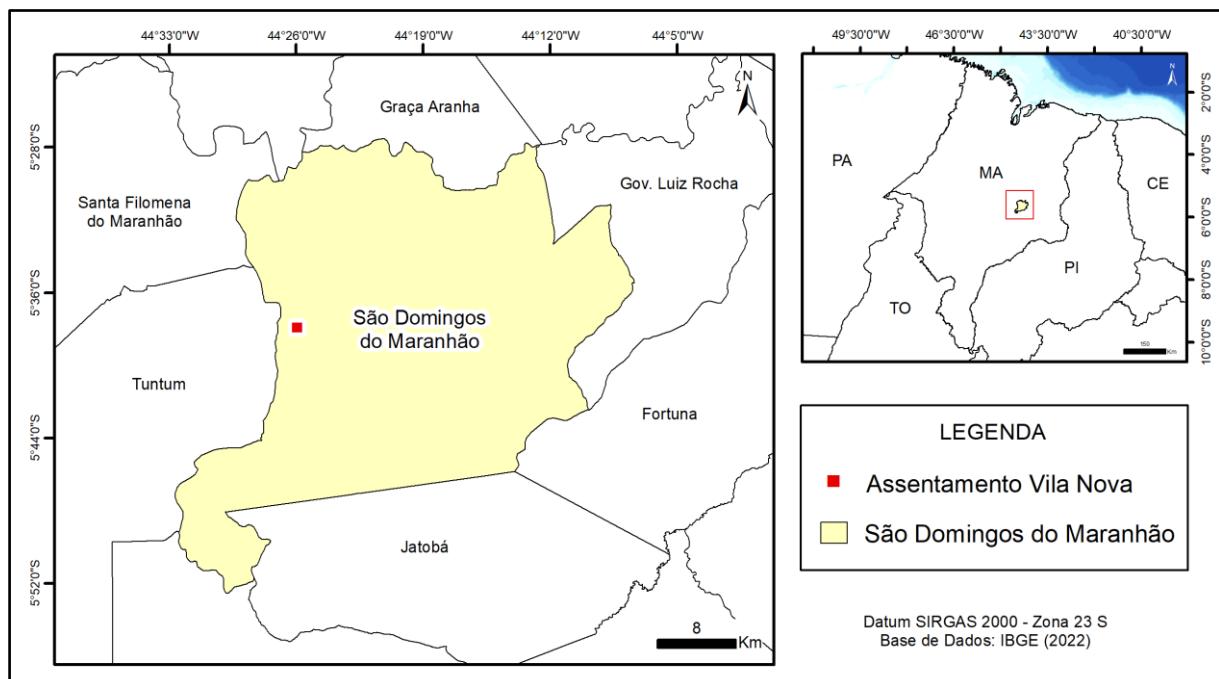
A agricultura familiar desempenha uma importante função socioeconômica no Maranhão,

pois é o estado brasileiro com o maior índice de população rural do Brasil, registrando 36,91% em 2010, enquanto a média nacional foi de 16% (IBGE, 2010). Além disso, a agricultura familiar é responsável pela maioria dos estabelecimentos agropecuários maranhenses, representando 85,14% do total.

Deste modo, comprehende-se a importância da temática, sobretudo pela função da agricultura familiar ser uma das principais atividades socioeconômicas da cidade de São Domingos do Maranhão-MA. De acordo com dados do boletim agrícola da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária do Maranhão-SAGRIMA (2022), o município lidera na produção de abacaxi, e está na 6<sup>a</sup> posição na produção de mandioca. O município ainda se destaca na produção de feijão, milho-verde e seco, e melancia, que abastece o município e outras cidades maranhenses, além de hortaliças consumidas no próprio município.

Nesse contexto, esta pesquisa visa descrever o modo de vida das famílias agricultoras na comunidade rural Assentamento Vila Nova em São Domingos do Maranhão-MA (Figura 1), sua forma de trabalho, produção, as dificuldades e desafios enfrentados pelos trabalhadores da agricultura familiar na produção de alimentos e na geração de renda. Assim, analisar a relação entre agricultura familiar e a geração de renda tem relevância no estado pela sua expressiva produção de alimentos da agricultura familiar.

Figura 1: Mapa de localização do assentamento Vila Nova  
em São Domingos do Maranhão-MA



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

## CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

De modo geral, a produção agrícola no Maranhão apresenta um importante crescimento socioeconômico, com a expansão agrícola nos últimos anos, colocando o Estado em destaque na região Nordeste e no cenário nacional. Esse crescimento tem contribuído para a geração de emprego e renda para milhares de famílias que dependem desse setor para subsistência (Mattei, 2014; Porro e Gomes, 2021). Para a agricultura familiar, essa produção também desempenha um papel fundamental na segurança alimentar, uma vez que as famílias agricultoras produzem alimentos para autoconsumo e vendem os excedentes para suprir suas demais necessidades (Wanderley, 2009; Savoldi e Cunha, 2010).

A forma de produção familiar possui um importante papel nas diferentes regiões brasileiras, abrangendo diversos setores, como econômicos, produtivos, produção de ecossistemas e dinâmicas sociais e culturais. Em regiões onde predominam os modos de produção familiar e camponês, observam-se significativos avanços em termos de capital social e desenvolvimento territorial em comparação aos locais onde a agricultura patronal é predominante (Stropasolas, 2017).

Em 1994, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em uma reunião com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), destacou a importância e a delimitação do universo da Agricultura Familiar brasileira. Com base nesse ponto como pressuposto, possibilitou-se quantificar a participação da agricultura familiar no setor agropecuário e mensurar sua contribuição econômica e social para o desenvolvimento do país (Buainain, 2006).

No ano de 2014, foi definido pela Assembleia Geral das Nações Unidas como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. De acordo com Silva (2015, p. 8), esse reconhecimento foi feito para ressaltar "a importância desse segmento socioprodutivo na promoção da segurança alimentar e na erradicação da pobreza no mundo". Foi também uma forma de chamar a atenção dos governantes para a "promoção de políticas e programas de apoio às suas atividades produtivas e demandas sociais".

A agricultura familiar enfrenta muitos desafios, entre eles o avanço do monopólio capitalista das monoculturas, responsáveis pela mecanização e industrialização no campo. Muitas vezes, esse processo resulta na expulsão de famílias, oprimidas pelos grandes latifúndios, que acabam cedendo à pressão e vendendo sua pequena propriedade para se mudar para a cidade.

Nesse contexto, Sousa (2019, p. 17) ressalta que a agricultura familiar é resistente, pois contraria "as teses sobre o desaparecimento da pequena produção frente ao avanço do

capitalismo no campo, o reconhecimento da categoria sociopolítica da ‘agricultura familiar’ influenciou a concepção de novas políticas de desenvolvimento rural”.

De acordo com Bianchini (2015), não basta apenas reconhecer a agricultura como destaque em termos de abastecimento alimentar no mundo; é necessário implementar políticas de incentivo ao setor agrícola, especialmente para a agricultura familiar. Isso é crucial, considerando que o Brasil é um dos poucos países com políticas públicas específicas de apoio a esse segmento, apesar de sua grande importância social e econômica.

Embora o acesso às políticas de incentivo financeiro tenha melhorado a produção agrícola da agricultura familiar e contribuído para a manutenção do modo de vida rural, as práticas introduzidas nas últimas décadas, como o uso intensivo de adubos químicos e agrotóxicos, têm causado problemas ambientais severos e desequilíbrio nos sistemas ambientais, principalmente devido à exploração intensa e inadequada dos recursos naturais (Mendanha e Costa, 2022).

No entanto, além das políticas de incentivo à agricultura familiar, é crucial que a produção de alimentos seja saudável, utilizando práticas que não prejudiquem o ambiente, a biodiversidade e a saúde, sem comprometer a produtividade. Por isso, os agricultores necessitam de atenção especial e de políticas públicas que ofereçam suporte técnico, financeiro e informacional, visando despertar a sensibilidade e a responsabilidade ambiental, promovendo equilíbrio e qualidade de vida para todos.

Nesse sentido, Costabeber e Caporal (2002) afirmam que a agricultura pode ser sustentável, ou seja, deve buscar permanentemente novos pontos de equilíbrio entre os diferentes sistemas, resultando na sustentabilidade em agroecossistemas. Uma forma de alcançar a produção agrícola sustentável, de acordo com Paiva, Alves e Gomes (2019), é através da agricultura familiar orgânica, que, segundo os autores, diminui os impactos ambientais causados pelo modelo convencional vigente. Na agricultura orgânica, utiliza-se os recursos naturais de forma mais adequada, e conforme os autores supracitados, essa prática é passível de implementação.

Entre as vantagens do método de produção orgânica para as famílias agricultoras, podem-se citar as de ordem econômica e ecológica. Esse sistema de produção requer maior uso de mão de obra, incluindo um maior número de pessoas trabalhando e redução no uso de insumos externos, gerando economia para as famílias e maior renda. Além disso, o valor dos produtos orgânicos costuma ser mais elevado. Em termos ecológicos, destaca-se a crescente procura por alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos, devido ao conhecimento e divulgação dos riscos que esses produtos representam para a saúde humana e para o ambiente.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização da pesquisa, foram empregados diferentes procedimentos visando obter os resultados. Foram realizadas a revisão da literatura e uma atividade de campo com abordagem quali-quantitativa-descritiva, envolvendo a coleta de dados por meio de observação e entrevistas, com a aplicação de um questionário semiestruturado a uma parcela da comunidade. A revisão da literatura de acordo com Lakatos e Marconi (2017, p. 216) tem como finalidade “colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”. E o trabalho de campo, segundo as autoras, pretende “conseguir informações e/ou conhecimentos sobre um problema, para o qual se procura uma resposta, [...] com o propósito de descobrir novos fenômenos ou relações entre eles.”

A compreensão da temática foi alcançada por meio de uma revisão que abrangeu artigos, livros, boletins e leis relacionadas à agricultura familiar. Durante esse processo, foram examinadas obras como Brito et al. (2021), Costabeber e Caporal (2002), IBGE (2017), Mattei (2014), Paiva, Alves e Gomes (2019), Porro e Gomes (2021), Rocha (2012), SAGRIMA (2022), Savoldi e Cunha (2010), Wanderley (2009), entre outras.

Participaram das entrevistas 15 produtores rurais do Assentamento Vila Nova, onde atualmente residem 73 famílias. Não foi possível realizar entrevistas com mais agricultores devido a recusas ou o responsável pela unidade familiar não estava disponível no momento da visita.

Quanto aos métodos de abordagem quali-quantitativa-descritiva, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 31) “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”. E a quantitativa-descritiva, segundo Lakatos e Marconi (2017, p. 220) “são aqueles estudos que contêm, em seu projeto de pesquisa, hipóteses explícitas que devem ser verificadas.” Nesta pesquisa foi feita a utilização conjunta dos métodos, por permitirem recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

O trabalho foi desenvolvido nas respectivas etapas:

1<sup>a</sup> Etapa: A escolha do tema, problemática e revisão da literatura;

2<sup>a</sup> Etapa: Coleta de dados – realizado o primeiro contato com o Assentamento Vila Nova, em outubro de 2023, para uma conversa com o atual presidente e o seu antecessor, com anotações dos dados e observação não-participante, pois não foi feita intervenção, apenas observação consciente, ordenada para um fim determinado. Depois realizou-se entrevistas semiestruturadas com perguntas fechadas e com perguntas abertas que pudessem ser respondidas em uma conversação informal e o entrevistado teve a liberdade de responder

conforme a sua realidade. A pesquisa foi realizada apenas com uma parcela dos agricultores com escolha de forma aleatória.

3<sup>a</sup> Etapa: Análise e interpretação dos resultados. Nesta etapa foi realizada uma leitura analítica para ordenar e sumariar as informações coletadas no Assentamento Vila Nova.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

São Domingos do Maranhão-MA está cerca de 386 km da capital São Luís. Possui uma população de 34.034 habitantes (IBGE, 2022), sendo que 48% da população é rural (IBGE, 2010). Além dessa parcela expressiva de população que reside na zona rural, muitos moradores da zona urbana também vivem da agricultura, segundo informações coletadas na Secretaria Municipal de Agricultura-SEMAC, consolidando a agricultura como uma das principais atividades econômicas do município, gerando trabalho e renda para milhares de famílias.

Para a realização dessa pesquisa, foram feitas visitas informais ao Assentamento Vila Nova, antes das entrevistas com questionários, para conversar com os moradores e conhecer as suas histórias, bem como sobre a fundação do assentamento, e assim, elaborar um questionário que pudesse ser aplicado, retratando a realidade da agricultura familiar no local. Fundado em 1994, foi uma conquista das lutas de agricultores que não tinham acesso à terra própria para trabalhar. No início, a associação dos moradores tinha apenas 22 associados e conquistou o direito à posse de 6 hectares de terra individualmente, segundo relatos dos antigos moradores, os primeiros associados.

De acordo com o morador conhecido como "Seu Lilá" e que também foi o primeiro presidente da associação, o acesso à terra ocorreu por meio do Projeto de Reforma Agrária de Assentamento Casulo, uma modalidade específica de assentamentos do INCRA. Essa forma de assentamento se dá por meio de uma parceria com o município, responsável pela titulação da terra, acompanhamento do assentamento e estímulo a atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, incluindo as famílias assentadas nas políticas públicas federais, estaduais e municipais.

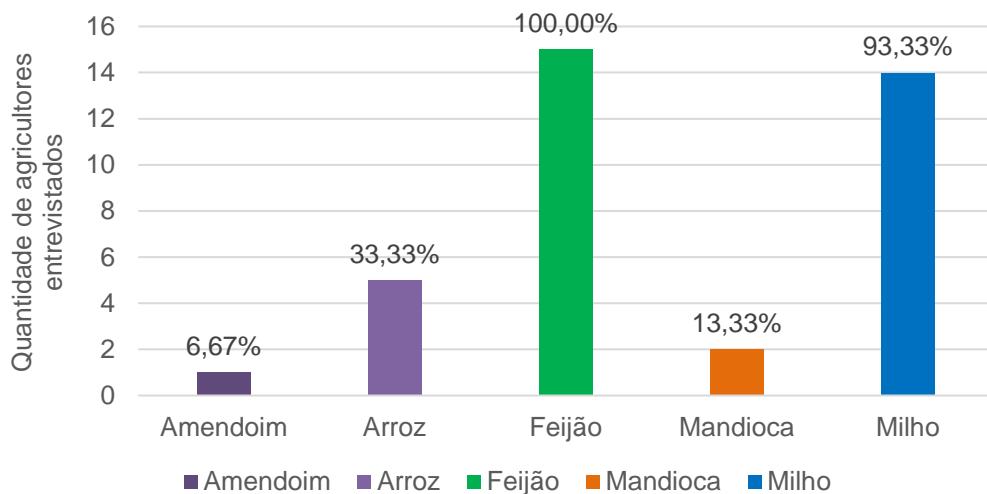
No início, os associados tiveram apenas acesso à terra para trabalhar. Somente em 2009 foram construídas as casas, contemplando também novos associados, totalizando atualmente 73 famílias assentadas. O assentamento fica na zona rural, cerca de 8 km da sede do município, e tem acesso a serviços básicos como água encanada (poço artesiano próprio) e energia elétrica.

Para a realização deste estudo, foram considerados alguns aspectos que ajudassem a compreender a dinâmica da agricultura familiar no Assentamento Vila Nova, tais como os tipos de culturas cultivadas pelos agricultores, as práticas de manejo e preparação do solo para a

plantação, a quantidade produzida na safra, o escoamento da produção, o autoconsumo e o acesso às políticas sociais.

Participaram da pesquisa 15 agricultores familiares, em dias alternados, com observação em algumas áreas de plantio. No Gráfico 1, são apresentadas as culturas produzidas pelos agricultores familiares entrevistados.

Gráfico 1: Culturas produzidas no assentamento



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Como se pode observar, a cultura do feijão é produzida por todos os entrevistados, ficando em 1º lugar como o alimento mais cultivado; em 2º lugar, o milho é produzido por 93,33% dos entrevistados; em 3º lugar o arroz, com 33,33%; em 4º lugar a mandioca com 13,33% e em 5º o amendoim, produzido por apenas 6,67% dos agricultores entrevistados.

Quanto ao modo de preparação do solo, a maioria dos entrevistados (93,33%) disse que é feito por meio da aração, pois o assentamento dispõe de um trator e os associados podem usar, desde que abasteça com combustível e pague uma diária ao tratorista. Contudo, a prática de queimada ainda é utilizada no assentamento.

De acordo com Cruz et al. (2011) a aração apresenta muitas vantagens na preparação do solo, pois a grade aradora revolve o solo, misturando os nutrientes, incorporando os restos culturais e ervas daninhas, melhorando as condições do solo para o desenvolvimento de novas culturas, além aumentar a permeabilidade e oxigenação. Enquanto a queimada empobrece o solo dos nutrientes, podendo causar muitos danos ambientais.

Os tratos culturais são feitos de duas formas: o uso de herbicidas para eliminar as ervas daninhas (73,33%) e capina (limpa manual do mato com a enxada) (26,67%).

O uso de herbicida é o mais utilizado pelos agricultores familiares do assentamento,

porém, ele apresenta muitas desvantagens. De acordo com Galon et al. (2017), o uso indiscriminado de defensivos agrícolas, como herbicidas e pesticidas, tem promovido impactos significativos à saúde humana e prejuízos ambientais, visto que, faltam equipamentos de proteção para pulverizar, e a absorção dos produtos químicos presentes nos herbicidas e pesticidas contaminam o solo e a água. Entretanto, os agricultores afirmaram que fazem uso desses defensivos, seguindo as orientações dos produtos, usando apenas os percentuais permitidos.

Poucos agricultores praticam a capina, embora essa forma de trabalho não apresenta nenhuma desvantagem para a saúde humana e ajuda na preservação ambiental, contudo, capinar requer mais tempo e força de trabalho na lavoura, por isso, muitos agricultores acabam utilizando o herbicida nos tratos culturais. Problemas como pragas são frequentes nas culturas agrícolas, por isso, o uso de pesticidas é muito comum, até na agricultura familiar, visto que, todos os entrevistados disseram fazer uso de pesticidas para combater as pragas nas plantações. Assim como o herbicida, o pesticida também é prejudicial à saúde humana e causam danos ambientais (Kalyabina, 2021). A assistência técnica é muito importante para orientar os agricultores a fazer os manejos adequados e aumentar a produtividade, porém, poucos têm acesso a esse serviço. Conforme os entrevistados, uma parte dos associados tiveram acesso a assistência técnica (46,67%).

A assistência técnica foi prestada para apenas uma parcela dos agricultores entrevistados, por uma empresa particular conveniada ao Banco do Nordeste, somente no ano de 2014. Durante esse período, também foi feita análise do solo nas terras dos agricultores que estavam recebendo assistência, contudo, nenhum dos agricultores fizeram a correção do solo, pois faltou recurso para isso. Depois de 2014, eles não tiveram mais assistência técnica.

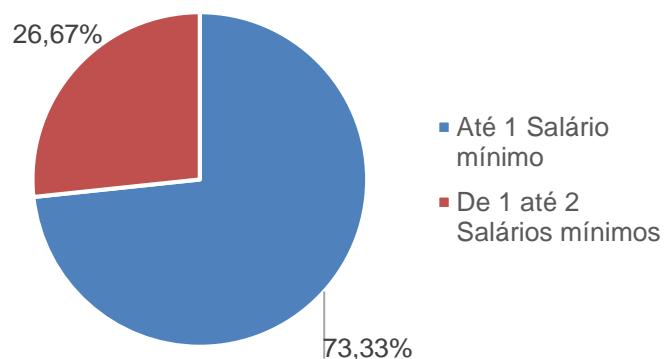
Quando questionados se conheciam a rotação de cultura, 60% dos entrevistados disseram não conhecer, 40% disseram que já ouviu falar, mas nunca utilizaram esse sistema de produção. A rotação de cultura pode ser utilizada na agricultura convencional e ela ajuda na produção agrícola sustentável. De acordo com Paiva, Alves e Gomes (2019) a rotação de culturas diminui os impactos ambientais causados pelo modelo convencional vigente que faz uso de produtos químicos, visto que, o próprio sistema de rotação diminui a incidência de pragas e doenças, pois a mudança de cultura no local interrompe o ciclo dos agentes nocivos às plantas, não sendo necessário usar agrotóxicos.

Quanto ao acesso aos programas de crédito rural, segundo o presidente da associação, Srº Raimundo Nonato, por serem associados, eles têm acesso facilitado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, razão pela qual todos os entrevistados

afirmaram ser pronafianos. O acesso a esse tipo de programa é muito importante para o agricultor familiar continuar a exercer suas atividades e produzir alimentos para garantir a sua segurança alimentar.

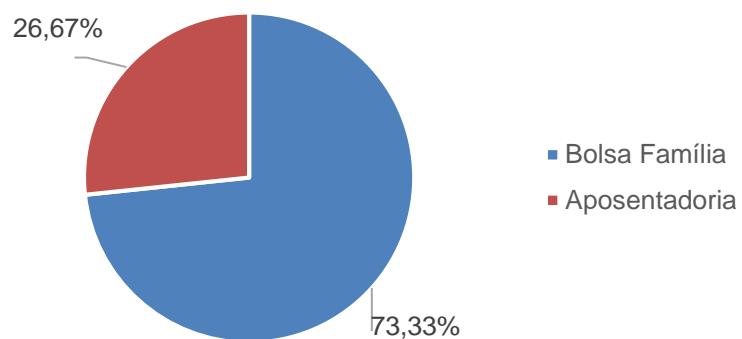
Para ter acesso a programas sociais como o Bolsa Família, é necessário que os beneficiários sejam considerados de baixa renda, ou seja, com rendimento mensal inferior a meio salário-mínimo por pessoa. Muitos agricultores familiares se encaixam nesse perfil, pois os rendimentos obtidos com a venda da safra, se divididos pelos meses do ano, são inferiores a meio salário-mínimo por pessoa. No Assentamento Vila Nova, todos os entrevistados recebem algum benefício social, seja o Bolsa Família ou a aposentadoria por idade, conforme indicam os Gráficos 2 e 3, que apresentam os rendimentos e os tipos de benefícios recebidos.

Gráfico 2: Rendimentos dos assentados



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Gráfico 3: Benefícios sociais recebidos pelos assentados



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Os Gráficos mostram que os entrevistados que têm rendimentos de até 1 salário-mínimo recebem o Bolsa Família, porque a soma dos valores obtidos com a venda dos produtos agrícolas e o Bolsa Família somados são inferiores a 1 salário-mínimo mensal, enquanto os que declararam um rendimento superior entre 1 e 2 salários-mínimos, tem no domicílio algum beneficiário aposentado.

A agricultura familiar é uma atividade importante para garantir a segurança alimentar, considerando que os alimentos produzidos são utilizados direta ou indiretamente no autoconsumo. O Quadro 1 mostra a destinação dos alimentos produzidos pelos associados entrevistados.

Quadro 1 - Alimentos produzidos e destinação

| Produto  | Destino da produção                                   |
|----------|---|
| Amendoim | Comercialização e autoconsumo                         |
| Arroz    | Autoconsumo e venda dos excedentes                    |
| Feijão   | Autoconsumo e venda dos excedentes                    |
| Mandioca | Autoconsumo e alimentação de animais                  |
| Milho    | Comercialização, autoconsumo e alimentação de animais |

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

De acordo com os entrevistados, a produção de milho e amendoim é destinada a comercialização. Apenas uma pequena parte da produção é destinada para autoconsumo e alimentação de animais, como é o caso do milho. Já o feijão e o arroz são produzidos para o autoconsumo, somente o excedente é destinado à venda, enquanto a mandioca é produzida para o autoconsumo e alimentação animal, não sendo comercializada.

Os alimentos citados no Quadro 1 constituem a principal atividade dos agricultores na geração de trabalho e renda, bem como na produção do próprio alimento, contudo, eles complementam os seus rendimentos com a criação de animais, como bovinos, ovinos, suínos e galináceos para o autoconsumo.

Quanto à participação dos membros da família nas atividades agrícolas, as mulheres e os adolescentes também auxiliam, mais precisamente nas colheitas, e atuam ativamente nas atividades secundárias, como a criação de animais para o autoconsumo (suínos e galináceos) e no cultivo de frutas e hortaliças para o consumo familiar, contribuindo com força de trabalho e

ajudando a garantir a segurança alimentar da família.

O escoamento da produção é individual e feito no comércio local, o que beneficia a população do município que compra alimentos por um preço mais acessível do que os produtos que vêm de outras localidades, que têm um valor maior devido aos gastos feitos com deslocamento. Dessa forma, a agricultura familiar contribui para a segurança alimentar tanto das famílias que produzem quanto daquelas que compram os alimentos.

Quando questionados sobre o papel da agricultura familiar na produção de alimentos, os agricultores apresentaram respostas semelhantes, afirmando que ela é de grande importância para garantir seu sustento e sua segurança alimentar, contemplando também outras famílias que adquirem seus produtos. Assim, a agricultura familiar beneficia o município com a produção de alimentos, geração de trabalho e renda.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A agricultura familiar é uma importante atividade socioeconômica na produção de alimentos necessários à segurança alimentar. Com base nos resultados obtidos nesta pesquisa, é possível constatar a importância desse segmento produtivo no Assentamento Vila Nova, em São Domingos do Maranhão-MA, para a manutenção das famílias no campo, bem como sua participação na produção de alimentos, na geração de renda e no consumo familiar.

Os resultados da pesquisa evidenciam a importância da produção agrícola para a segurança alimentar, uma vez que os alimentos são produzidos tanto para autoconsumo quanto para comercialização. Contudo, os agricultores enfrentam diversas dificuldades, como o acesso a uma pequena quantidade de terra, que limita a produção e a diversificação de culturas, e a falta de assistência técnica para um manejo adequado. Esses obstáculos impactam na rentabilidade da produção, tornando necessária a dependência de programas sociais como o Bolsa Família, pois não produzem o suficiente para suprir suas necessidades.

As políticas públicas de acesso a crédito rural também precisam melhorar para atender às necessidades dos agricultores. Um exemplo é o PRONAF, que disponibiliza o recurso financeiro, mas não oferece assistência técnica. Essa assistência é primordial para que o agricultor possa planejar a melhor forma de investir, fazendo um melhor aproveitamento dos recursos financeiros e naturais.

A agricultura familiar é um importante segmento produtivo no abastecimento, produção e distribuição de alimentos e precisa ser tratada com mais atenção pelo setor público e privado. Ela contribui para a geração de renda, e está diretamente ligada à segurança alimentar e à inclusão de jovens e mulheres na produção de alimentos, além de valorizar o trabalho familiar.

Portanto, trata-se de uma atividade que exerce função social, econômica e cultural. As pessoas que vivem da agricultura familiar consideram que essa atividade faz parte de suas origens e reconhecem a importância de sua manutenção, pois é dela que as famílias tiram seu sustento, contribuindo para a segurança alimentar também no município, sendo primordial para a sobrevivência de muitas famílias.

## **REFERÊNCIAS**

**BIANCHINI, V. Vinte Anos do PRONAF, 1995-2015:** avanços e desafios. Brasília: SAF/MDA, p. 45-68, 2015.

**BRITO, M. de S. et al.** Políticas Públicas para a Agricultura Familiar: análise do PRONAF nas comunidades rurais de balsas/MA. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 56, p. 41-57, 2021. Disponível em:  
<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4111>. Acesso em: 26 abr. 2023.

**BUAINAIN, A. M. Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável:** questões para debate. Brasília: IICA, 2006.

**COSTABEBER, J. A; CAPORAL, F. R.** Possibilidades e Alternativas do Desenvolvimento Rural Sustentável. **Anais do I Congresso Internacional sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 02 a 03.12.2002. Disponível em:  
<https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura/agroecologia/artigos/POSSIBILIDADES%20E%20ALTERNATIVAS%20DO%20DESENVOLVIMENTO%20RURAL%20SUSTENTAVEL.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

**CRUZ, J. C. et al.** **O Produtor Pergunta, a Embrapa Responde:** milho. Editores Técnicos. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011.

FOGUESATTO, Cristian Rogério; ARTUZO, Felipe Dalzotto; MACHADO, João Armando Dessimon. Panorama atual e perspectivas futuras das agroindústrias familiares no Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 4–18, 2017. DOI:

10.18616/rdsd.v3i1.3763. Disponível em:

<https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/article/view/3763>. Acesso em: 17 jun. 2024.

GALON, L. *et al.* Fitorremediação de solo contaminado com herbicidas inibidores de FSII e de ALS. **Revista Brasileira de Herbicidas**, v. 16, n. 4, p. 307-324, out./dez. 2017. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/324189073\\_Fitorremediacao\\_de\\_solo\\_contaminado\\_com\\_herbicidas\\_inibidores\\_de\\_FSII\\_e\\_de\\_ALS](https://www.researchgate.net/publication/324189073_Fitorremediacao_de_solo_contaminado_com_herbicidas_inibidores_de_FSII_e_de_ALS). Acesso em: 06 mai. 2023.

GERHARDT, T. E.; Silveira, D. T. (Orgs). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades - São Domingos do Maranhão-MA**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-domingos-do-maranhao/panorama>. Acesso em: 23 abr. 2023.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar**: primeiros resultados. Censo agropec., Rio de Janeiro, p.1-267, 2006. Disponível em:

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro\\_2006\\_agricultura\\_familiar.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf). Acesso em: 23 abr. 2023.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agro 2017: resultados definitivos**. Disponível em:

[https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo\\_agro/resultadosagro/pdf/agricultura\\_familiar.pdf](https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf). Acesso em: 23 abr. 2023.

KALYABINA, Valeriya P. et al. Pesticides: formulants, distribution pathways and effects on human health—a review. **Toxicology reports**, v. 8, p. 1179-1192, 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MATTEI, L. O Papel e a Importância da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural

Brasileiro Contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014 (suplemento especial). Disponível em:

[https://bnb.gov.br/documents/80223/205365/ren\\_2014\\_6\\_lauro\\_v2.pdf](https://bnb.gov.br/documents/80223/205365/ren_2014_6_lauro_v2.pdf). Acesso em: 18 mar. 2022.

MENDANHA, J. F.; COSTA, K. G. Pensando sobre agroecologia e agricultura familiar.

**Agricultura Familiar:** Pesquisa, Formação e Desenvolvimento, v. 15, n. 2, p. 9-32, 2022.

Disponível em:

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/8313/8326>. Acesso em: 18 jul. 2023.

MORAES, Murilo Didonet de; OLIVEIRA, Nilton Aparecido Marques de. Produção orgânica e agricultura familiar: obstáculos e oportunidades. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 19–37, 2017. DOI: 10.18616/rdsd.v3i1.3372. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/article/view/3372>. Acesso em: 12 jan. 2023.

NASCIMENTO, J. E. B.; COSTA, J. E. da; ALCANTARA, F. V. de; MENDES, M. A.

Agricultura familiar e a relação rural/urbano no agreste de Itabaiana/SE. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 118–142, 2017. DOI: 10.18540/rever622017118-142.

Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3339>. Acesso em: 17 jan. 2024.

PAIVA, D. M. de; ALVES, C. R.; GOMES, S. P. A Agricultura Familiar como Alternativa Sustentável: para um aprimoramento conceitual. **Revista Gestão em Foco**, n. 11, 2019.

Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2019/03/002-A-AGRICULTURA-FAMILIAR-COMO-ALTERNATIVA-SUSTENT% C3% 81VEL-PARA-UM-APRIMORAMENTO-CONCEITUAL.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2022.

PORRO, R.; GOMES, D. L. **Diagnóstico da Agricultura Familiar no Médio Mearim,**

**Maranhão:** caracterização, infraestrutura, serviços e acesso a políticas públicas. Belém, PA:

Embrapa Amazônia Oriental, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1130653/diagnostico-da-agricultura-familiar-no-medio-mearim-maranhao-caracterizacao-infraestrutura-servicos-e-acesso-a-politicas-publicas>. Acesso em: 20 abr. 2023.

ROCHA, A. J. R. da. **Políticas Públicas, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial: uma análise dos impactos econômicos do PRONAF no território médio Jequitinhonha-MG.** Brasília: IPEA, 2012. Disponível em:  
<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1013>. Acesso em: 20 abr. 2023.

SAGRIMA-Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (Maranhão). **Perfil da Agropecuária Maranhense 2021 - 2022.** 2022. Disponível em:  
<https://sigite.sagrima.ma.gov.br/perfil-da-agricultura-ma/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SAVOLDI, A.; Cunha, L. A. Uma Abordagem sobre a Agricultura Familiar, Pronaf e a Modernização da Agricultura no Sudoeste do Paraná na Década de 1970. **Revista Geografar,** Curitiba/PR, v. 5, n. 1, p. 25-45, jan./jun. 2010. Disponível em:  
<https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/17780/11608>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SILVA, S. P. **Agricultura Familiar e suas Múltiplas Interações com o Território: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas.** Brasília: IPEA, abril de 2015 Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4162/1/td\\_2076.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4162/1/td_2076.pdf). Acesso em: 26 abr. 2023.

SOUZA, D. N. de. **Mediadores Sociais e Políticas Públicas de Inclusão Produtiva da Agricultura Familiar no Tocantins:** (des)conexões entre referenciais, ideias e práticas. 2019. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural: Porto Alegre, 2019. Disponível em:  
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/204079>. Acesso em: 26 abr. 2023.

STROPASOLAS, V. L. Tecendo os fios condutores de um debate: que desafios, perspectivas e proposições para as agriculturas de base familiar e camponesa do Brasil? In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira:** desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 436-472. Disponível em: [https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura\\_Familiar.pdf](https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf). Acesso em: 20 abr. 2023.

WANDERLEY, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do

futuro. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura Familiar Campesina na Construcción do Futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 33-46. Disponível em:  
<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-7.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023.